

Barigui S.A. -  
Crédito,  
Financiamento e  
Investimentos

**Demonstrações financeiras  
consolidadas do Conglomerado  
Prudencial em 30 de junho de  
2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar  
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil  
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone 55 (41) 3544-4747, Fax 55 (41) 3544-4750  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração da Financeira, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Financeira em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.



## **Ênfases**

### ***Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial***

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## **Outros assuntos**

### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de setembro de 2015 com ressalva relacionada a limitação de escopo no exame das demonstrações financeiras individuais do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado ("FIDC"), o qual faz parte das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial da Financeira.

Curitiba, 30 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2FP014428/0-6-F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2

**Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**

**Balancos patrimoniais em 30 de junho 2015 e 2014**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014		Nota	30/06/2015	30/06/2014
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<u>196.990</u>	<u>144.542</u>	<b>Circulante</b>		<u>201.035</u>	<u>101.119</u>
Disponibilidades	5	1.162	1.499	Depósitos	13.a	<u>67.689</u>	<u>13.449</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<u>50.977</u>	<u>10.125</u>	Depósitos interfinanceiros		21.430	5.087
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	50.977	10.125	Depósitos a prazo		46.259	8.362
Títulos e valores mobiliários		<u>9.864</u>	<u>6.255</u>	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	<u>86.899</u>	<u>37.361</u>
Cotas de fundos de investimentos	7	9.864	5.742	Letras de crédito imobiliário		47.014	26.749
Instrumentos financeiros derivativos		-	513	Recursos de aceites cambiais		39.885	10.612
Operações de crédito	8	<u>125.635</u>	<u>115.371</u>	Outras obrigações		<u>46.447</u>	<u>50.309</u>
Setor privado		129.059	120.405	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		272	148
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.424)	(5.034)	Sociais e estatutárias		1.034	1.514
Outros créditos	9	<u>2.925</u>	<u>4.014</u>	Fiscais e previdenciárias	14	1.687	1.503
Crédito tributários		547	864	Diversas	15	43.454	47.144
Diversos		2.378	3.150				
Outros valores e bens	10	<u>6.427</u>	<u>7.278</u>				
Bens não de uso		2.650	3.543	<b>Passivo não circulante</b>		<u>233.360</u>	<u>233.773</u>
Outros valores e bens		3.777	3.735	<b>Exigível a longo prazo</b>		<u>190.325</u>	<u>196.430</u>
<b>Ativo não circulante</b>		<u>237.405</u>	<u>190.350</u>	Depósitos	13.a	<u>6.023</u>	<u>50.928</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>236.762</u>	<u>189.694</u>	Depósitos interfinanceiros		-	5.049
Operações de crédito	8	<u>226.131</u>	<u>182.112</u>	Depósitos a prazo		6.023	45.879
Setor privado		229.522	185.193	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	<u>182.036</u>	<u>115.679</u>
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.391)	(3.081)	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		108.818	77.105
Outros créditos	9	<u>3.449</u>	<u>2.391</u>	Recursos de letras de crédito imobiliário		73.218	38.574
Diversos		261	391	Outras obrigações		<u>2.266</u>	<u>29.823</u>
Crédito tributários		3.267	2.154	Diversas	15	1.652	29.211
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(79)	(154)	Dívida subordinada elegível a capital	16	614	612
Outros valores e bens	10	<u>7.182</u>	<u>5.191</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	18	<u>43.035</u>	<u>37.343</u>
Outros valores e bens		6.415	5.191	Capital social		<u>20.000</u>	<u>21.530</u>
Bens não de uso		1.641	1.051	De domiciliados no país	18.a	20.000	21.530
(-)Provisão por <i>impairment</i>		(874)	(1.051)	Reservas de lucros		<u>23.035</u>	<u>15.813</u>
<b>Permanente</b>		<u>643</u>	<u>656</u>	Reserva legal	18.b	1.686	1.367
Investimentos		<u>3</u>	<u>3</u>	Outras reservas de lucro	18.c	19.003	14.446
Outros investimentos		3	3	Participação de não-controladores		2.346	-
Imobilizado de uso	11	<u>463</u>	<u>584</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>434.395</u>	<u>334.892</u>
Outras imobilizações de uso		1.377	1.432				
(-)Depreciação acumulada		(914)	(848)				
Intangível	12	<u>177</u>	<u>69</u>				
Licenciamento e uso de software		471	304				
(-)Amortização acumulada		(294)	(235)				
<b>Total do ativo</b>		<u>434.395</u>	<u>334.892</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos****Demonstrações do resultado**

Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014

*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

	Nota	1º sem/15	1º sem/14
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>44.845</u>	<u>31.411</u>
Operações de crédito	8	41.793	30.718
Renda aplicação interfinanceira de liquidez		-	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.052	693
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(30.010)</u>	<u>(17.319)</u>
Operações de captação no mercado	13	(24.533)	(14.110)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		23	109
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	8.c	(2.194)	(3.318)
Operações de venda ou transf. ativo financeiro		(3.306)	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>14.835</u>	<u>14.835</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(9.031)</u>	<u>(9.896)</u>
Receita de prestação de serviços		2.565	744
Despesas de pessoal		(3.288)	(2.833)
Despesas administrativas	20	(8.516)	(7.628)
Despesas tributárias		(1.230)	(949)
Outras receitas operacionais		1.805	904
Outras despesas operacionais		(367)	(134)
<b>Resultado não operacionais</b>		<u>390</u>	<u>32</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<u>6.194</u>	<u>4.228</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	21	<u>(1.371)</u>	<u>(1.248)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(1.982)	(1.614)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		611	366
<b>Participações nos lucros</b>		<u>(266)</u>	<u>(384)</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<u>4.557</u>	<u>2.596</u>
<b>Juros sobre capital próprio</b>		(1.146)	(850)
<b>Lucro líquido - controladores</b>		3.592	2.596
<b>Lucro líquido - não controladores</b>		965	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Reserva de Lucros</u>						Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária/Especial	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2014</b>	21.180	-	1.270	13.409	-	-	35.859
Lucro líquido	-	-	-	-	2.596	-	2.596
Adiantamento para aumento de capital	-	350	-	-	-	-	350
Destinações:							-
Constituição de reservas		-	97	1.037	(1.134)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(850)	-	(850)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(612)	-	(612)
	-						-
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	21.180	350	1.367	14.446	-	-	37.343
Mutações do semestre	-	350	97	1.037	-	-	1.484
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<u>21.530</u>	<u>-</u>	<u>1.519</u>	<u>17.062</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.111</u>
Lucro líquido	-	-	-	-	3.592	-	3.592
Destinações:							
Ajustes de participação de não controladores 2014	(1.530)		(13)	190		1.381	28
Participação de não controladores 2015	-			-	-	965	965
Constituição de reserva	-	-	180	2.131	(2.311)		-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.146)	-	(1.146)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(380)	(135)	-	(515)
	-						-
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<u>20.000</u>	<u>-</u>	<u>1.686</u>	<u>19.003</u>	<u>-</u>	<u>2.346</u>	<u>43.035</u>
Mutações do semestre	<u>(1.530)</u>	<u>-</u>	<u>167</u>	<u>1.941</u>	<u>-</u>	<u>2.346</u>	<u>2.924</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	1º sem/15	1º sem/14
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre		3.592	2596
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		77	109
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.194	3.318
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		92	75
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		1.982	1.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(611)	(366)
Participação dos empregados		266	384
Resultado dos não controladores		965	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(850)	(685)
Movimentação de ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) Redução títulos e valores mobiliários		(2.896)	(177)
(Aumento) redução operações de crédito		(13.672)	(32.837)
(Aumento) Redução outros créditos		(1.046)	82
(Aumento) Redução outros valores e bens		(57)	(2.006)
Aumento (redução) depósitos interfinanceiros		405	4.013
Aumento (redução) depósitos a prazo		(5.269)	14.693
Aumento (redução) recursos de aceites cambiais		29.259	7.396
Aumento (redução) letras de crédito imobiliário		28.843	7.401
Aumento (redução) cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		146	-
Aumento (redução) instrumentos financeiros derivativos		-	(2.041)
Aumento (redução) obrigações sociais e estatutárias		(151)	184
Aumento (redução) obrigações fiscais e previdenciárias		(417)	(3.017)
Aumento (redução) outras obrigações		(23.503)	(1.581)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>19.349</b>	<b>(845)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Redução (aumento) imobilizado de uso		63	(131)
(Aplicação) redução em intangível		(14)	10
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>49</b>	<b>(121)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(1.719)	(500)
Aumento de capital		-	350
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(1.719)</b>	<b>(150)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>17.679</b>	<b>(1.116)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		34.460	12.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		52.139	11.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) tem como seu principal produto o crédito consignado com desconto em folha de pagamento, ao amparo essencialmente de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, realiza outras operações, a saber: financiamento a consumidores (CDC) com interveniência de lojistas, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com garantia de imóvel, e outras facultadas a entidades da espécie.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, que são da responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Conglomerado Barigui. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações, é a Financeira.

A Barigui Companhia Hipotecária (“Companhia”), controlada pela Barigui S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.

Também fazem parte do Conglomerado Prudencial as seguintes instituições:

A controlada Barigui Companhia Hipotecária iniciou as atividades em 10 de janeiro de 2012. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

O Fundo de Investimentos Creditórios Barigui Crédito Consignado (“FIDC”), o qual foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de junho de 2011, com prazo determinado de duração. O objetivo do FIDC é a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pela Financeira a devedores, representados por CCBs, cujos pagamentos sejam efetuados por meio de consignação em benefícios ou folha de pagamentos.

Barigui Securitizadora S.A. (“SEC”) a qual tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

## **2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras**

### **a. Base de elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial**

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, elaborem e apresentem em demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- (a) Instituições financeira;
- (b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (c) Administradoras de consórcio;
- (d) Instituições de pagamento;
- (e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos a) e e).
- (g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com as demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN.

Para a elaboração destas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

### **3 Bases de consolidação:**

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, incluem as demonstrações da Barigui Financeira e das entidades abaixo listadas. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados. As demonstrações do FIDC e da SEC tiveram seus critérios adaptados às praticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

- Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)
- Barigui Companhia Hipotecária (“Hipotecária”)
- Barigui Securitizadora S.A. (“SEC”)
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (“FIDC”)

### **4 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial são:

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

#### **b. Apuração do resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### **c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### **d. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

**e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

**f. Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito**

- (i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério “*pró rata dia*”. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito da Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

- (ii) Provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

A Financeira passou a considerar a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

- (iii) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**g. Despesas antecipadas**

Correspondem principalmente a:

- (i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação;

Despesas incorridas na constituição do FIDC, no qual a Financeira tem participação e que estão sendo amortizadas pelo prazo de vigência do FIDC; e

- (ii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- (a) 2015 - Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga ,sendo a diferença ativa da e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- (b) 2016:Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- (c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

**h. Ativo imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Financeira são:

	<b>Taxa - % a.a.</b>
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%

**i. Ativo intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

	<b>Taxa - % a.a.</b>
Licenciamento de uso de Software	20% a.a.

**j. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

**k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**l. Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**m. Recursos de aceites e emissão de títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**n. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Provisões: são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se à demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

**o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída às alíquotas-base de 9% (para a SEC e Hipotecária) e 15% (para a Financeira) do lucro tributável.

***Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Medida Provisória (MP) 675/15***

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP") convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. O aumento dos saldos de créditos tributários decorrentes dessa elevação de alíquota foi no montante de R\$ 308 e terão sua realização de acordo com o estudo dos créditos tributários, elaborados pela Administração, estando fundamentados na Resolução CMN n.º 3.059 e Circular n.º 3.171, nas quais foram cumpridos os requisitos estabelecidos nas normas do Banco Central do Brasil para ativos fiscais diferidos.



O efeito da majoração da alíquota não se aplica para as demais companhias integrantes do Conglomerado Prudencial.

### ***Impostos diferidos***

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

### **p. Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

### **q. Transações eliminadas na consolidação:**

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
Disponibilidade		
Caixa	13	18
Depósitos bancários	1.149	1.481
Aplicações interfinanceiras (a)	50.977	10.125
<b>TOTAL</b>	<b>52.139</b>	<b>11.624</b>

- (a) As aplicações financeiras apresentadas na nota 6 com vencimento inferior a 90 dias foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

## 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras em outras instituições, incluindo a controlada Companhia Hipotecária, a uma taxa média de 102% do CDI, com vencimentos variados, sendo o mais distante em 04 de dezembro de 2015.

Em 30 de junho de 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

	30/06/2015		30/06/2014	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	102% CDI	43.077	100,3% CDI	8.075
DI (pré)	13,64% a.a.	7.900	10.80%	2.050
<b>Total</b>		<b>50.977</b>		<b>10.125</b>

## 7 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em cotas do fundo de investimentos BEM Fundo de Investimento Referenciado DI - TPF no valor de R\$ 9.864 (R\$ 5.742 em junho de 2014).

## 8 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

### a. Composição da carteira de crédito, por modalidade de crédito:

	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
Capital de giro	5.140	9.236
Crédito pessoal	207.784	192.704
CDC	16.766	24.723
Financiamentos imobiliários	128.891	78.935
<b>TOTAL</b>	<b>358.581</b>	<b>305.598</b>
CIRCULANTE	129.059	120.405
NÃO CIRCULANTE	229.522	185.193

**b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:**

	30/06/2015		30/06/2014	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Setor Privado:				
Indústria	60	0,01%	946	0,31%
Comércio	780	0,22%	4.266	1,40%
Outros serviços	14.585	4,07%	6.004	1,96%
Pessoa física	343.156	95,70%	294.382	96,33%
<b>TOTAL</b>	<b>358.581</b>	<b>100,00%</b>	<b>305.598</b>	<b>100,00%</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2015 o Conglomerado Prudencial auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 41.793 (R\$ 30.718 em 30 de junho de 2014).

**c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

**c.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo inicial	(8.427)	(6.649)
Constituição	(2.194)	(3.318)
Baixa para prejuízo	3.806	1.852
 Saldo final	 (6.815)	 (8.115)
 Circulante	 (3.424)	 (5.034)
Não circulante	(3.391)	(3.081)

**c.2 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.**

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2015 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

**d. Posição em 30 de junho de 2015 e 2014**

Nível	Situação	% de Provisão	Setor				Junho 2015		Junho 2014	
			Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	-	-	3.050	3.050	-	12.543	-
	Normal		11	663	13.185	306.006	319.865	(1.599)	267.575	(1.339)
A	Vencido	0,50%	-	-	-	1.162	1.162	(6)	982	(5)
	Normal		-	-	-	1.485	1.485	(15)	643	(6)
B	Vencido	1,00%	-	51	9	8.636	8.696	(87)	6.768	(68)
	Normal		-	-	-	2.242	2.242	(67)	285	(9)
C	Vencido	3,00%	-	19	6	10.521	10.546	(316)	5.097	(153)
	Normal		-	-	-	337	337	(34)	173	(17)
D	Vencido	10,00%	16	-	814	2.928	3.758	(376)	2.581	(258)
	Normal		-	-	-	125	125	(37)	45	(14)
E	Vencido	30,00%	-	47	257	2.637	2.941	(882)	2.101	(630)
	Normal		-	-	-	87	87	(43)	176	(88)
F	Vencido	50,00%	-	-	3	1.185	1.188	(594)	1.768	(884)
	Normal		-	-	-	114	114	(80)	52	(36)
G	Vencido	70,00%	-	-	-	1.019	1.019	(713)	669	(468)
	Normal		-	-	-	217	217	(217)	135	(135)
H	Vencido	100,00%	33	-	311	1.405	1.749	(1.749)	4.005	(4.005)
Total			<u>60</u>	<u>780</u>	<u>14.585</u>	<u>343.156</u>	<u>358.581</u>	<u>(6.815)</u>	<u>305.598</u>	<u>(8.115)</u>
					Circulante		129.059	(3.424)	120.405	(5.034)
					Não Circulante		229.522	(3.391)	185.193	(3.081)

## 9 Outros créditos

O saldo da conta “outros créditos diversos” está composto pelos seguintes valores:

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos	214	489
Clientes a receber	96	-
Créditos tributários (nota 22)	547	864
Impostos a recuperar	983	328
Títulos e créditos a receber (a)	91	928
Devedores diversos (b)	817	966
Outros (c)	177	439
<b>Total</b>	<u>2.925</u>	<u>4.014</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Títulos e créditos a receber (a)	82	157
Créditos tributários (nota 22)	3.267	2.154
Provisão para outros créditos	(79)	(154)
Outros (c)	179	234
<b>Total</b>	<u>3.449</u>	<u>2.391</u>

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, representam, basicamente, (i) R\$ 77 saldos a receber referentes às cessões de créditos a receber junto ao Banco Bradesco S.A. (R\$ 205 em junho de 2014), (ii) R\$ 96 saldos de falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 239 em junho de 2014).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados basicamente por (i) cheques devolvidos recebimentos de parcelas no valor de R\$ 10 (R\$ 244 em junho de 2014); (ii) adiantamento para compra de dívida R\$ 327 (R\$ 490 em junho de 2014); (iii) R\$ 329 refere-se ao pagamento de portabilidade; (iv) R\$ 113 serviços de terceiros na contratação de operações, os quais serão integrados ao contrato de financiamento; (v) R\$ 15 referem-se a valores pagos para consolidação de propriedade e; (vi) R\$ 23 referem-se a pagamentos em duplicidade para fornecedores.
- (c) Os valores inscritos em “outros”, são compostos por: (i) devedores por depósitos em garantia, sendo R\$ 82 por interposição de bloqueios judiciais cíveis (R\$ 565 em junho de 2014) e R\$ 173 por parcelas de contratos recebidas por venda a prazo; (ii) R\$ 78 referem-se a depósito judicial por interposição fiscal; (iii) o R\$ 23 referem-se a valores a ressarcir de despesas pagas correspondentes a avaliação imobiliária.

## 10 Outros valores e bens

O saldo do grupo “Outros valores e bens” está composto por bens não de uso e despesas antecipadas, sendo que estas últimas serão apropriadas ao resultado em períodos futuros.

	30/06/2015	30/06/2014
<b>Circulante</b>		
Despesas antecipadas		
Seguros	7	4
Serviços especializados	124	44
Corretagens	80	67
Estruturação FIDC	161	205
Comissões (a)	3.405	3.415
Bens não de uso - Imóveis (b)	2.650	3.543
<b>TOTAL</b>	<u>6.427</u>	<u>7.278</u>
<b>Não circulante</b>		
Despesas antecipadas:		
Serviços especializados	-	32
Corretagens	85	64
Estruturação FIDC	-	187
Comissões (a)	6.330	4.908
Bens não de uso - Imóveis(b)	1.641	1.051
(-) Provisão por <i>impairment</i> (c)	(874)	(1.051)
<b>Total</b>	<u>7.182</u>	<u>5.191</u>

- (a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (b) No semestre findo em 30 de junho de 2015, foram consolidados imóveis no montante de R\$ 1.636 (R\$ 1.624 em junho de 2014).
- (c) As provisões no valor de R\$ 874 (R\$ 1.051 em junho de 2014), referem-se a R\$ 727 para os imóveis que se encontram em disputa judicial e R\$ 147 para imóvel com desvalorização, por decisão da administração.

## 11 Imobilizado de uso

Movimentação do ativo imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2015:

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2015	Saldo em 30/06/2014
Móveis e equipamentos de uso	390	19	-	409	1.075
Equipamento de informática	701	-	-	701	-
Veículos	325	-	(58)	267	357
Depreciação acumulada	<u>(891)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(914)</u>	<u>(848)</u>
Total	<u>525</u>	<u>(4)</u>	<u>(58)</u>	<u>463</u>	<u>584</u>

Em 30 de junho de 2015, com base em cálculos efetuados, não foram identificados indícios de *impairment* que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

## 12 Intangível

Demonstramos a movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2015:

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adições (Baixa)	Saldo em 30/06/2015	Saldo em 30/06/2014
Licenciamento e uso de software	69	24	93	40
Sistemas de Processamento de Dados	363	15	378	264
Amortização Acumulada	<u>(269)</u>	<u>(25)</u>	<u>(294)</u>	<u>(235)</u>
Total	<u>163</u>	<u>14</u>	<u>177</u>	<u>69</u>

## 13 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

### a. Depósitos interfinanceiros e a prazo

	30/06/2015			30/06/2014	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Depósitos interfinanceiros	-	21.430	-	21.430	10.136
Depósitos a prazo	14.557	31.702	6.023	52.282	54.241
<b>Total</b>	<b>14.557</b>	<b>53.132</b>	<b>6.023</b>	<b>73.712</b>	<b>64.377</b>
Circulante				67.689	13.449
Não circulante				6.023	50.928

No semestre findo em 30 de junho de 2015, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 5.523 (R\$3.377 em junho de 2014).

### b. Recursos de aceites e emissões de títulos

	30/06/2015			30/06/2014	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Letras de Câmbio	2.190	37.695	108.818	148.703	87.717
Letras de Crédito Imobiliário	9.638	37.376	73.218	120.232	65.323
<b>Total</b>	<b>11.828</b>	<b>75.071</b>	<b>182.036</b>	<b>268.935</b>	<b>153.040</b>
Circulante				86.899	37.361
Não circulante				182.036	115.679

Foram reconhecidas despesas no semestre findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$ 15.006 (R\$ 7.638 em junho de 2014).

#### b.1 Reconciliação das despesas de captação com o resultado:

	30/06/2015	30/06/2014
Despesas depósitos interfinanceiros	(1.318)	(595)
Despesas depósitos a prazo	(4.205)	(2.782)
Despesas aceites cambiais	(8.641)	(4.501)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 16)	(43)	(36)
Despesas letras de crédito imobiliário	(6.365)	(3.137)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	(3.528)	(2.609)
Contribuição ao FGC	(408)	(431)
Outros	(25)	(19)
<b>Total</b>	<b>(24.533)</b>	<b>(14.110)</b>

## 14 Obrigações fiscais e previdenciárias

	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
Imposto de renda	829	568
Contribuição social	338	362
Outros (a)	520	573
<b>TOTAL</b>	<b>1.687</b>	<b>1.503</b>

- (a) Referem-se basicamente, (i) R\$ 60 impostos retidos sobre serviços de terceiros, (ii) R\$ 238 impostos e contribuições sobre salários (R\$ 129 em junho de 2014), (iii) R\$ 14 imposto retido sobre resgate de rendimento em letra de crédito e (iv) R\$ 208 contribuição ao Pis, Cofins e ISS (R\$ 110 em junho de 2014).

## 15 Outras obrigações - diversas

	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
<b>Circulante</b>		
Despesas de pessoal	671	549
Outras provisões	1.044	946
Credores diversos - país (a)	2.651	6.953
Provisão para riscos cíveis (nota 17)	-	17
Obrigações vinculadas a cessão de crédito (b)	39.088	38.679
<b>Total</b>	<b>43.454</b>	<b>47.144</b>
<b>Não circulante</b>		
Provisão para riscos cíveis (nota 17)	458	346
Credores diversos - país (a)	886	-
Rendas antecipadas	308	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito (b)	-	28.865
<b>Total</b>	<b>1.652</b>	<b>29.211</b>

- (a) O saldo em “credores diversos - país” está basicamente composto por: (i) parcelas de operações de crédito recebidas e não identificadas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 1.246 (R\$ 2.111 em junho de 2014); (ii) R\$ 111 referem-se a provisões para pagamento FGC ; (iii) R\$ 24 referem-se a contratos a pagar; (iv) refere-se a valores de contratos de financiamentos efetivados e não pagos até a data do balanço no montante de R\$ 879 (R\$ 3.921 em junho de 2014), (v) a parcelas de seguros (DFI e MIP) a repassar no montante de R\$ 76 (R\$ 116 em junho de 2014); (vi) recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas durante o primeiro semestre 2015 no montante de R\$ 1.093, sendo que o seguro no montante de R\$ 248 será repassado às seguradoras , taxa de administração no montante de R\$ 376 será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato, equalização de taxas no montante de R\$ 191, deságio carteiras adquiridas somam R\$ 278 será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; e (vii) recebimentos não identificados e parcelas recebidas antecipadamente R\$ 108 (R\$ 243 em junho de 2014).
- (b) Refere-se as cotas subordinadas e sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Credito Consignado (FIDC) não pertencentes ao grupo as quais foram classificadas no passivo circulante e não circulante.

## 16 Outras obrigações - dívidas subordinadas

Mediante autorização do Banco Central do Brasil, em 16 de junho de 2011, foi considerada elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada (Res. 3.444/07), a venda de Letra Financeira Subordinada efetuada a terceiro, no montante de R\$ 600, com prazo de 7 (sete) anos e pagamento semestral ao aplicador dos rendimentos.



Na forma da regulamentação própria, tal aplicação conta com bloqueio junto à CETIP e é vedado o resgate antecipado da mesma sem autorização do Bacen.

Em 30 de junho de 2015 o valor de custo acrescido dos encargos da Letra Financeira Subordinada é de R\$ 614 (R\$ 612 em junho de 2014). O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2015, no valor de R\$ 43 (R\$ 36 em junho de 2014), foi reconhecido como despesa de captação no mercado.

## **17 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

### **a. Ativos contingentes**

No semestre findo em 30 de junho de 2015 não foram reconhecidos na Financeira nem em sua controlada ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

### **b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista**

#### **b.1 Ações cíveis, trabalhistas e fiscais**

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável a Financeira efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

### **c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período**

Em 30 de junho de 2015, foram contabilizadas provisões para ações cíveis no montante de R\$ 458 (R\$ 363 em junho de 2014), registrada na rubrica “Provisão Para Riscos” conforme movimentação demonstrada abaixo:

	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
Saldo Anterior	400	322
Constituição/(Reversão)	92	108
Pagamentos	<u>(34)</u>	<u>(67)</u>
TOTAL	<u>458</u>	<u>363</u>

### **d. Passivos Contingentes**

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2015 por processos de natureza cível no valor total de R\$ 450 (R\$ 298 em junho de 2014).

Não há processos de naturezas trabalhista e fiscal classificados como risco de perda possível ou provável.

**e. Órgãos Reguladores/Fiscalizadores**

Não existe em curso processo administrativo por parte dos órgãos fiscalizadores oficiais do Sistema Financeiro Nacional, em especial o Banco Central do Brasil.

## **18 Patrimônio líquido**

**a. Capital Social**

O quadro de acionistas está representado da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Total do Capital Social Prudencial (R\$)
Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda	1.122.636	1.123
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	6.239.820	6.240
Enio Fornea Junior	2.550.720	2.551
Ivo Luiz Roveda	4.951.100	4.951
Antonio Bordin Neto	1.423.360	1.423
Paulo de Paula Abreu	1.213.864	1.214
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	4.015.000	4.015
Evaldo Leandro Perussolo	<u>13.500</u>	<u>13</u>
Total	<u>21.530.000</u>	<u>21.530</u>

A quantidade de ações no semestre findo em 30 de junho de 2015 do conglomerado prudencial é de 21.530 (vinte e um milhões e quinhentos e trinta mil) ações ordinárias, sem valor nominal, após a eliminação da participação da controlada.

No dia 30 de abril de 2014, através da assembleia geral extraordinária foi integralizado o valor de R\$ 643 ao capital social, através da emissão de 642.996 ações ordinárias nominativas. Para esse aumento, utilizou-se o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital de 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 293 e adiantamento efetuado em 2014 no montante de R\$ 350.

**b. Reserva legal**

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

**c. Reserva estatutária**

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

**d. Dividendos**

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 o Conglomerado propôs dividendos no montante de R\$ 854 (R\$ 612 em 30 de junho de 2014).

**e. Juros sobre capital próprio**

A Financeira destacou no semestre findo em 30 de junho de 2015, o montante R\$ 865 (R\$ 850 em junho de 2014) a título de remuneração do capital próprio com base na taxa referencial de juros “TJLP”

**f. Participação de não controladores**

A participação de não controladores refere-se a 6% de participação na Barigui Companhia Hipotecária e 100% na Barigui Securitizadora S.A. Os valores apresentados na demonstrações das mutações do patrimônio líquido - DMPL na linha de participação de não controladores incluem ajuste referente ao exercício anterior, a fim de refletir adequadamente a segregação do patrimônio líquido entre controladores e não controladores em 30 de junho de 2014. Pela imaterialidade dos valores e por tratar-se apenas de reclassificação na DMPL, a administração optou por não refletir esses ajustes nos saldos comparativos de 30 de junho de 2014 anteriormente apresentados.

## 19 Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Descrição	30/06/2015			30/06/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Pessoas físicas</b>						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	14.160	(1.049)	-	20.072	(1.058)
Letra de crédito imobiliário	-	37.492	(1.871)	-	12.803	(931)
Remuneração administradores	-	-	(148)	-	-	(130)
Juros sobre capital próprio	-	239	(788)	-	497	(585)
Dividendos	-	100	-	-	74	-
<b>Bordin Administração e Incorporações Ltda.</b>						
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	346	(358)	-	259	(265)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.339	(352)	-	5.413	(281)
<b>Barigui Veículos Ltda</b>						
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	-	(42)	-	3	(63)
Letra financeira subordinada	-	614	(43)	-	612	(36)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.666	(409)	-	12.163	(835)
<b>Barigui Promotora de Crédito Imob. Ltda.</b>						
Prestação de serviços correspondente bancário	2.124	71	(1.999)	-	181	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	(2)	-	1	(2)
<b>Central Brasileira de Cobrança Ltda.</b>						
Prestação de serviços de cobrança	-	124	(680)	-	56	(896)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	578	(22)	-	185	(8)
<b>Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.</b>						
Prestação de serviços correspondente bancário	1.199	0	(234)	2.446	0	(344)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	22	(2)	-	1	(5)
<b>Enio Fomea &amp; Cia Ltda.</b>						
Aluguéis	-	8	(48)	-	7	(46)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.076	(311)	-	7.454	(387)
<b>Barigui Corretora de Seguros</b>						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	3.675	(220)	-	3.293	(170)
<b>Center Automóveis Ltda</b>						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	4.860	(298)	-	4.298	(226)
<b>Espaço Automóveis Ltda</b>						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.809	(417)	-	6.023	(313)

**Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**  
*Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado*  
*Prudencial em 30 de junho de 2015*

Descrição	30/06/2015			30/06/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
GFA Incorporações Ltda Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	3.490	(214)	-	3.087	(160)
Amambahy Participações Ltda Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	1.047	(47)	-	-	-
Fórmula Automóveis Ltda Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	11.185	(685)	-	-	-
Instituto Barigui Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	477	(37)	-	424	(35)
Marumbi Investimentos Ltda Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	14	(1)	-	-	-

(a) Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.

## 20 Política de remuneração

Em atendimento à Resolução CMN 3.921, de 25 de novembro de 2011, o Conglomerado remunera alguns de seus membros da diretoria executiva, sendo esta remuneração de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2015 está representado por R\$ 168 (R\$ 145 em junho de 2014).

## 21 Despesas administrativas

	30/06/2015	30/06/2014
Despesas de aluguel	(77)	(80)
Despesas de comunicação	(240)	(208)
Despesas de processamento de dados	(332)	(460)
Despesas com relações públicas	(18)	(20)
Despesas com propaganda e publicidade	(183)	(155)
Despesas de seguros	(6)	(18)
Despesas serviço sistema financeiro	(815)	(349)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(5.146)	(4.560)
Despesa com serv. téc. especializados	(788)	(728)
Despesas com viagens	(113)	(27)
Despesa de transporte	(53)	(55)
Despesas judiciais e cartório	(60)	(188)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(76)	(106)
Outras despesas	(609)	(674)
<b>Total</b>	<b>(8.516)</b>	<b>(7.628)</b>

(a) Refere-se principalmente à, (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no resultado no montante R\$ 3.155 (R\$ 2.502 em junho de 2014), (ii) R\$ 771 referente à assessoria de cobrança (R\$1.292 em junho de 2014) e (iii) R\$ 361 referente à custos de repasse à órgãos públicos (R\$256 em junho de 2014).

## 22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

### a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado.

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos correntes		
Imposto de renda	(1.413)	(1.000)
Contribuição social	(569)	(614)
	<u>(1.982)</u>	<u>(1.614)</u>
Total imposto de renda e contribuição social correntes		
Impostos diferidos	611	366
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(1.371)</u>	<u>(1.248)</u>

### b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	6.194	4.228
Juros sobre capital próprio	(1.146)	(850)
Participação dos empregados	(266)	(384)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.782	2.994
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	(2.152)	(1.198)
Exclusões (adições):		
Outros	170	(416)
	<u>(1.982)</u>	<u>(1.614)</u>
Imposto de renda e contribuição social		

### c. Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	Saldo Inicial 31/12/2014	Constituição (Reversão)	Saldo final 30/06/2015
Imposto de renda			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.550	503	2.053
Provisão para contingências	100	24	124
Outras provisões	316	14	330
	<u>1.966</u>	<u>541</u>	<u>2.507</u>
Créditos Tributários de IRPJ			
Contribuição social			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	959	94	1.053
Provisão para contingências	60	13	73
Outras provisões	218	(37)	181
	<u>1.237</u>	<u>70</u>	<u>1.307</u>
Créditos Tributários de CSLL			
Total de Créditos tributários de CSLL e IRPJ	<u>3.203</u>	<u>611</u>	<u>3.814</u>

Considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2015 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	2016	2017	2018	Total
Créditos Tributários de imposto de renda				
Diferenças temporárias	351	695	1.461	2.507
Valor presente	308	537	993	1.838
Créditos Tributários de contribuição social				
Diferenças temporárias	196	369	742	1.307
Valor presente	172	285	504	961

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 13,75% (Selic).

## 23 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 30 de junho de 2015 atingiu 15,61%, representativo do Conglomerado Financeiro Barigüi, levantado dessa forma consolidada atendendo preceitos regulamentares.

	30/06/2015	30/06/2014
Patrimônio de referência	42.293	37.165
Índice de Basileia BACEN	<u>15,61%</u>	<u>13,41%</u>

## 24 Estrutura de gerenciamento de risco

A Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na entidade, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

**d. Risco de crédito**

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

**e. Risco operacional**

No semestre findo em 30 de julho de 2015, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

**f. Risco de mercado**

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

**g. Risco de liquidez**

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a Financeira dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

**h. Risco de gerenciamento de capital**

Avaliação permanente da necessidade de capital da Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basiléia.

A Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

O gerenciamento em questão atende não só a Financeira como a sua controlada, Barigui Cia. Hipotecária, ambas integrantes do Conglomerado Financeiro Barigüi.

## **25 Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2015.

## **26 Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial**

Essas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em reunião no dia 30 de junho de 2016.

\* \* \*

Curitiba (PR), 30 de junho de 2016

### **Diretoria**

Rodrigo Oliveira De Araújo Pinheiro  
**Diretor Presidente**

Evaldo Leandro Perussulo  
**Diretor Executivo**

Paulo De Paula Abreu  
**Diretor Superintendente**

### **Conselho de Administração**

Ivo Luiz Roveda  
**Presidente**

Enio Fornea Júnior  
**Vice Presidente**

Felix Archanjo boRdin  
**Conselheiro**

Antônio Bordin Neto  
**Conselheiro**

Paulo de Paula Abreu  
**Conselheiro**

Rodrigo o.de Araújo  
**Conselheiro**

Cristiane Aparecida Damrat  
**Contadora CRCPR063966/O-2**

Luciano Marcos de Oliveira  
**Gerente de Contabilidade CRC PR 042719/O-0**